

Janeiro / 2022

Direito à Ética

Ao editar o [Decreto nº 1.171, de 1994](#), o Presidente da República aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e determinou aos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta que constituíssem Comissão de Ética.

Mais à frente, no [Decreto nº 6.029, de 2007](#), estabeleceu que era responsabilidade pessoal do(a) titular do respectivo órgão ou entidade "assegurar as condições de trabalho para que as Comissões de Ética cumpram suas funções".

Esses deveres – de criar a Comissão de Ética e de dar a ela condições de atuação – correspondem a **um direito dos cidadãos** a uma instância especial acessível e desburocratizada, que permita à sociedade exercer o controle social inerente ao regime democrático.

Vale dizer que qualquer cidadão, agente público, pessoa jurídica de direito privado, associação ou entidade de classe poderá acionar a Comissão de Ética diante de infração ética atribuída a agente público, órgão ou setor específico.

Mas não é só isso. A existência da Comissão de Ética é também **um direito dos servidores e empregados públicos** de terem acesso a uma instância consultiva, à qual possam recorrer em caso de dúvidas sobre condutas individuais e institucionais e que sirva de fator de segurança para os agentes públicos, norteador o seu comportamento, protegendo-os de acusações infundadas e ajudando a promover uma cultura ética em toda instituição.

Para exercer esse papel, a Comissão conta com uma característica muito importante, que é o fato de seus membros (escolhidos entre os quadros da instituição) terem **mandato**. Isso garante que a Comissão atue de maneira **autônoma e independente**, buscando sempre a solução mais vantajosa para o bem comum.

Contem com a Comissão de Ética, para juntos construirmos um ambiente cada vez mais ético, em que os agentes públicos possam ser



MINUTO DA ÉTICA

Boletim da Rede Ética do Poder Executivo Federal

Janeiro de 2022

reconhecidos por sua competência e
compromisso com o interesse público!